

Publicado em: LYCURGO, Tassos. "Costa, Claudio. *The Philosophical Inquiry: Towards a Global Account*". *Revista Vivência*, Natal (RN), v. 26, n. 1, p. 150-156, 2004.

Resenha crítica de: COSTA, Claudio. *The Philosophical Inquiry: Towards a Global Account*. New York: University Press of America, 2002, 118 p.

Por Tassos Lycurgo, PhD

1. O LIVRO

Antes de se apresentar o conteúdo da obra em questão, deve-se dizer que há casos em que, à frente do texto, há o autor. Não se colige daí, contudo, o demérito do livro; pelo contrário, dá-se a ele maior expressividade. Com efeito, pode-se afirmar que Costa, através de sua competente produção no campo que se entende pelo nome de filosofia analítica, tem galgado o posto de um dos maiores pensadores brasileiros neste capítulo, sem que, com isso, tenha-se diminuído a progressividade do seu ritmo de estudo e de trabalho. O autor do livro que se resenha produz muito e, ressalve-se, sempre com qualidade. Seu estilo é direto e objetivo, graças, principalmente, à escolha das palavras mais simples e do uso adequado das conjunções, dando ao texto, assim, o aspecto sistemático necessário aos grandes argumentos e, conseqüentemente, às grandes obras.

The Philosophical Inquiry, mesmo que escrito em inglês — uma língua estrangeira para o autor —, não foge à regra: bem escrito, consiste em um argumento ordenado, metódico e coerente. No que diz respeito à genealogia das idéias na obra presentes, vale dizer que elas são, em grande parte, frutos do amadurecimento de algumas teses e noções que Costa levou consigo para o seu estágio pós-doutoral na Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA), sob supervisão do reconhecido professor John R. Searle. De lá, talvez, trouxe o intento de não apenas apresentar a sua visão do que é o fazer filosófico, mas sim, a de apresentar um ponto de vista global, amplo, consistente. Eis, desta feita, a razão por que se pode dizer que significativa é a observação de que o título, em vez de iniciar-se com um artigo indefinido, inicia-se com o "The", que dá ao livro a idéia de que nele o autor intenta o desvelamento do que é a filosofia e não, como seria o mais corriqueiro de ser feito, do que caracterizaria um determinado tipo de pensamento filosófico. É, portanto, uma abordagem metafilosófica ampla, que pretende ser absoluta, geral e universalista.

Diz-se, assim, que é com esse intuito, qual seja, o do desvelamento do fazer filosófico, que o livro divide-se em sete capítulos, intitulados, respectivamente, "Aims and methodology", "Philosophy as conceptual analysis: a case of reductive definition", "Philosophy as conjectural anticipation of science", "Religion and the mystic remainders of philosophy", "The relationship between philosophy and art", "Towards a global account: integrating the criterial clusters" e, por fim, "Corollaries and prospects". Além dos referidos capítulos, vale dizer, apresentam-se, no fim, as notas e a bibliografia. Aqui, pelo menos no que concerne às notas, urge um comentário: a escolha de se colocarem notas no final dos livros e não nos rodapés das páginas em que aparecem representa, indubitavelmente, um desconforto para o leitor, ainda mais no caso particular em que não se pode prescindir da maioria delas, por

serem, em grande parte, não apenas indicadoras das obras referenciadas, mas também do posicionamento de Costa em relação às idéias expressas em tais fontes. Note-se, todavia, que tal crítica mais é um clamor por conveniência do que de outra natureza, de sorte que, com o mínimo de paciência e, diga-se, com dois ou três quês de habilidade manual, o problema é imediatamente superado.

No que diz respeito ao argumento do livro, veja-se que, no Capítulo 1, intitulado “*Aims and methodology*”, Costa prelude a delimitação da questão do livro dizendo que o exame da natureza da filosofia, mesmo que não seja considerada como um dos problemas mais interessantes, há de sempre ser extremamente delicado para o filósofo, pois ele sempre se encontrará na situação de ter de dizer como pode fazer filosofia corretamente sem saber o que é, em si, aquilo que está fazendo. O autor, claramente, sabe das dificuldades inerentes às descrições conceituais de figuras abstratas, mas se usa desse método, diga-se, de alusão à maiêutica socrática, para, de forma atrativa e elegante, estrear uma formulação mais elaborada da questão que pretende resolver. É, pois, com o intuito de se apresentar essa formulação, que o Capítulo 1 exhibe uma subseção, cujo título é “*Methodological remarks*”, na qual são apresentadas as duas maneiras de se abordar a natureza da filosofia, quais sejam, as que se expõem sob as denominações de prescritiva e de descritiva (p. 1).

Costa deixa claro que a alternativa mais sensata de se tratar a questão do que é filosofia concerne à abordagem descritiva, posto que, através de tal, tenta-se olhar para o passado e entender o que foi feito sob o rótulo filosófico. Tal intento, contudo, é função direta do que se entende pelo termo “filosofia” e, tal entendimento, como se sabe, longe de ser pacífico, é fruto de um sem-número de discussões e querelas. Sendo assim, Costa se dá ao trabalho de estabelecer que o sentido de filosofia que é tomado na obra em questão é o puramente acadêmico, mesmo que seja bem razoável argumentar-se que não é simples nem elementar a tarefa de se determinar quais são os critérios que uma dada espécie de investigação haveria de satisfazer para ser indubitavelmente considerada pela tradição ocidental como filosófica (p. 3). De qualquer sorte, é fato que a dificuldade de se encontrarem critérios a partir dos quais alguém estaria autorizado a usar a palavra “filosofia” também se faz presente em outros termos técnicos, como, por exemplo, no uso das palavras “teoria”, “observação”, “prova”, entre outras (p. 4). Termos como esses, como lembra Costa, são indiscriminadamente usados nas ciências contemporâneas sem que, para isso, tenha-se de se explicar pormenorizadamente o que eles significam, de forma que, desde que se dê a devida atenção às instituições da razoabilidade e da igualdade de tratamento, torna-se viável o uso do termo “filosofia” sem que, da mesma forma, elaborem-se intermináveis elucubrações no fito da explicação de seu significado.

No Capítulo 2, sob o título “*Philosophy as conceptual analysis: a case of reductive definition*”, Costa argumenta em defesa de que a filosofia praticada no Séc. XX, além de ser entendida em termos acadêmicos — como a expôs no Capítulo 1 —, tem na análise conceitual o seu método e na estrutura lógico-gramatical dos conceitos mais centrais desenvolvidos pelo ser humano o seu objeto de análise (p. 7). Identifica-se, assim, o aspecto mais abrangente da filosofia na contemporaneidade, para que, no propósito de examinar com mais detalhes os limites do termo “filosofia” tal como

análise lingüístico-conceitual, Costa entende ser importante subdividir tal método em duas maneiras, as quais tomam forma sob as designações de crítica da linguagem e de análise da linguagem, respectivamente (p. 8). Costa, então, empreende as duas subseções subseqüentes do Capítulo 2 para explicar o que entende pelas duas referidas maneiras que tem a filosofia de se apresentar e conclui que, do ponto de vista contemporâneo, a analiticidade da filosofia é o aspecto que mais tem se desenvolvido, de sorte que se diz que o que normalmente se chama de filosofia analítica predominou neste e no século passado.

Vê-se que, desde que o termo filosofia, contemporaneamente falando, tem sido entendido como filosofia analítica, há de se questionar o que diferenciaria tal filosofia de uma outra que se supõe oposta, já que seria essencialmente especulativa. Costa faz tal questionamento ainda no Capítulo 2, na subseção de título “*Concluding remarks*”, em que se depreende que, como se sabe que a filosofia analítica não pode diferenciar-se radicalmente de uma especulativa no que tange ao objeto de análise, sob pena de ter de ser considerada um outro campo de estudo totalmente distinto daquele, faz-se imperativo que ambas tenham de discordar em um aspecto que não seja o relativo ao objeto de investigação. Logo se considera a conclusão, portanto, de que a filosofia analítica diferencia-se de uma dita especulativa apenas no aspecto metodológico ou, como coloca Costa, nas maneiras pelas quais o objeto de estudo é questionado (p. 26). Neste ponto, jaz um aspecto central do argumento do autor: a filosofia analítica não deve ser entendida como uma maneira radicalmente diferente de proceder a investigação filosófica, pois mantém o mesmo objeto de investigação que historicamente sempre preservara a filosofia dita especulativa. Resta, desta feita, saber como se distanciaram uma da outra as nomenclaturas “filosofia analítica” e “filosofia especulativa” e, visto que esta tem o nascimento na origem do pensamento filosófico, como se deu a genealogia daquela.

A idéia de Costa relativa à natureza da filosofia dita analítica pode, talvez, ser melhor esclarecida ao se fazer uso de uma analogia, mesmo que tal seja, em certo sentido, imperfeita. De qualquer sorte, imagine-se como verdadeira a teoria evolucionista de que os homens provieram dos macacos, mas que estes também desenvolveram-se independentemente, de forma que há, de forma independente, hoje em dia, homens e macacos. A nomenclatura “filosofia especulativa” seria, portanto, representada pelos macacos, enquanto a nomenclatura “filosofia analítica”, pelos homens. Note-se que, assim como tanto os homens quanto os macacos são primatas, tanto a denominação da filosofia dita analítica quanto a da especulativa desfrutam do mesmo tronco, que é o da filosofia, que é única, inseparável, mesmo que se possa dizer que, assim como um determinado aspecto dos primatas, representado pelos homens, tem sofrido um processo de amadurecimento mais acentuado do que outro, o dos macacos, um determinado aspecto da filosofia, a analítica, tem se desenvolvido mais na contemporaneidade do que a outra, puramente especulativa.

É evidente, contudo, que se faz imprescindível que no primata original do qual surgiu o homem houvesse de ter algo que fosse representativo da característica humana. Da mesma forma, na filosofia haveria de ter algo que representasse a maneira de se fazer filosofia que se desenvolveu sob a nomenclatura de “filosofia analítica”. Com efeito, Costa se dá conta de tal argumento e, com propriedade,

identifica mesmo na infância da filosofia os caracteres que desembocariam na maneira contemporânea de se exercer o pensamento filosófico. Para o autor, o que se faz sob a denominação “filosofia analítica” é o amadurecimento no Séc. XX da filosofia que se fizera anteriormente, de maneira que já se pode, por exemplo, identificar o germe da filosofia analítica no “*Organon*” aristotélico, de cujas ferramentas fez uso a Idade Média para produzir a sua versão do método dialético (p. 27).

Dessa forma, ao igualar, da perspectiva da essência e do fundamento, a filosofia analítica da especulativa, Costa argumenta que a filosofia é uma só, ou seja, como apropriadamente esclarece o autor, a característica maior da filosofia dita analítica, a maneira de se fazer filosofia na contemporaneidade, é a de se analisarem mais pormenorizadamente as estruturas lingüístico-conceituais dos argumentos e, como se vê, tal característica não impede o método investigativo em questão de se relacionar com o mundo através do estudo do sentido e da referência na linguagem. Conclui-se, pois, que a nomenclatura “filosofia analítica” é, em certo sentido, se não errada, pelo menos incompleta, pois atribui uma denominação a um fazer filosófico que é mais amplo do que seu nome, embora seja verdade afirmar que a filosofia analítica desfruta da analiticidade em seu método de investigação. Sendo, portanto, a filosofia analítica nada mais que a maneira natural mais difundida de se fazer filosofia na contemporaneidade, resta responder o porquê de tal modo de filosofar ter-se hipertrofiado no Séc. XX ou, em outras palavras, resta perguntar-se sobre os motivos pelos quais a filosofia desenvolveu-se com mais veemência através do aspecto analítico de investigação na contemporaneidade.

Um defensor fanático da analiticidade na filosofia argumentaria que, assim como o homem superou o macaco pela seleção natural, a analiticidade da filosofia representaria uma evolução natural, um caminho de amadurecimento inevitável da investigação filosófica, pois representaria a maneira mais racional de se procurar entender o mundo. O problema, contudo, é que a tentativa de demonstração de que uma maneira específica de filosofar é a forma mais racional de se abordar a realidade pressuporia, desde o início, uma forma filosófica específica de efetuar a referida demonstração. Em outras palavras, não há como o discurso metafilosófico deixar de ser filosófico, o que oferece à questão o demônio da redução ao infinito. Há, portanto, de se fugir da abordagem filosófica para que seja possível se explicar, com honestidade intelectual, as razões que fazem um determinado tipo de fazer filosófico se sobressair a um outro qualquer. A escolha de Costa se dá pelo viés que sobra: o histórico-cultural.

Costa, portanto, faz jus à sua imparcialidade e ao seu equilíbrio e defende a idéia da contingência histórica como causadora do desenvolvimento da analiticidade na filosofia do Séc. XX. No Capítulo 7, na subseção de título “*Linguistic-analytic philosophy in the wheels of history*”, vê-se que os elementos históricos que o autor privilegia consistem, primeiramente, no fato de que o grande desenvolvimento das ciências empíricas legaram à filosofia a posição de método investigativo secundário, de difícil relacionamento com a realidade e, em maior escala, tais elementos concernem ao desenvolvimento da semiótica, que se deu através do advento de ferramentas metodológicas eficazes para lidar com a formulação dos argumentos (p. 100).

Com efeito, como Costa bem o nota, o Séc. XX foi a era da semiótica, entendida no sentido amplo de ciência dos signos, e, como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento da filosofia sofreu grande influência dessa disciplina nesse século. Para que se tenha uma idéia, os domínios da semiótica, quais sejam, os da sintaxe, da semântica e do pragmatismo, através de sua ordem hierárquica essencial, que é explicada pelo autor até que se desemboque na sentença de que a semântica pressupõe a sintaxe e o pragmatismo pressupõe os dois (p. 101), determinam o desenvolvimento histórico da filosofia no Séc. XX, que se dá, em um primeiro momento, no campo sintático, para que, posteriormente, desenvolva-se o campo semântico e, só então com a existência consolidada de ambos, tenha-se desenvolvido com maior veemência o campo pragmático.

De qualquer forma, o que é importante aqui é notar que, como consequência da associação que Costa faz entre o desenvolvimento da filosofia e a contingência histórico-cultural, tem-se a idéia de que não se pode exigir da filosofia quaisquer tipos de fundamentos ou estabilidade, mesmo porque, nem do ponto de vista puramente cultural, de acordo com o que Costa argumenta no Capítulo 6, a filosofia pode ser considerada uma atividade culturalmente fundamental, mas sim, uma manifestação secundária do tripé dado pela ciência, religião e arte, que formam as práticas culturais fundamentais da humanidade (p. 87-88) e de cujas relações com a filosofia o autor trata nos capítulos 3, 4, e 5, respectivamente. Dessa forma, como qualquer produto histórico-cultural derivado, a filosofia, como Costa expressa no final de seu livro, na subseção de título *“The future of philosophy”*, chegará ao seu fim ou, de outra forma, será entendida como uma manifestação humana desnecessária e sem sentido (p. 105). Sendo assim, bem se gostaria agora de dizer que os que ainda pretendem exercer a atividade filosófica não mais fazem do que escrever poesia, o que só é um mal quando o poeta pensa estar fazendo algo diferente, ao qual dá o nome de filosofia. De qualquer forma, Costa tem o cuidado de deixar claro que, com o que se tem hoje, não se pode decretar o fim da filosofia, mas apenas a sua agonia, o seu desespero e o seu aspecto moribundo.

2. O OUTRO LIVRO

Em termos rigorosos, esta seção não deveria existir, visto que era no parágrafo anterior, ao que parece, que deveria ter terminado esta resenha, pois o autor da mesma entende que, do livro tal qual lhe foi entregue, deu-se até lá um relato amplo, mesmo que em favor de cujas competência e propriedade não se advogue. O fato é que, o autor *vi* na obra de Costa um outro livro — com esta silepse de pessoa, dou-me, doravante, o direito do uso da primeira delas —, o qual é tão bom quanto o que está impresso, caso me seja nada senão o exagero que me leve a dizer que é melhor, pois vai além. Veja-se que, no Capítulo 5, dedicado à tentativa de dissociar arte de filosofia, Costa, definitivamente, não esgota o argumento. Das diferenças apresentadas, as quais, por estilística ou por ato falho, apresentam-se sob divisões impetradas por denominações que contêm o nome “similaridade”, apenas uma é dificilmente superável: a que se refere à verdade. Não hei, portanto, de combater as outras, nem sequer essa, pois quem a combate é o próprio Costa, no livro já resenhado, mas agora sem o Capítulo 5. Ei-lo, embora que ainda confuso esteja para o

leitor, o livro que vi: era como “*The Philosophical Inquiry*”, também escrito por Costa, mas, repito, era um argumento contra um de seus apêndices.

Explico: dada a falência do Capítulo 5, conclui-se que, à parte o argumento que diz que filosofia e arte têm posturas diferentes diante da verdade, não há espaço para a idéia de que não se pode diferenciar uma da outra. Ora, mas o livro de Costa, todo ele, é um grande argumento o qual tem como propósito demonstrar que, dado que a filosofia é uma decorrência, digamos, histórico-cultural, colige-se que ela, assim com todas as manifestações de mesma natureza, não se compromete com a verdade com mais ênfase do que o faz uma descrição folclórica, por exemplo. Nesses termos, “*The Philosophical Inquiry*”, caso entendido como uma obra que destrói um de seus tentáculos — o Capítulo 5 —, é, como consequência do que foi o “*Tractatus*” wittgensteiniano, uma escada na qual se sobe para se ver, lá de cima, que não havia escada; ou seja, é um argumento que, ao reduzir com propriedade a filosofia à manifestação cultural, faz de si mesmo a impossibilidade de ser a investigação filosófica, isto é, de ser o título “*The Philosophical Inquiry*”.

Posso, então, dizer que Costa, neste “outro livro”, usa-se de certo sarcasmo e expõe a filosofia a um bívio, a uma bifurcação, que, curiosamente, leva a dois caminhos que se encontram, mais adiante, em um despenhadeiro. Ou, de um lado, a filosofia contenta-se em ser uma manifestação puramente artística e, por consequência, dissocia-se da verdade fundamental ou, do outro, ela, no espetáculo digno de um drama orquestrado, assim como os personagens Werther (da ópera *Werther*, de J. Massenet), Salambô (da ópera *Salambô*, de E. Reyer) ou Moema (da ópera *Moema*, de Degado de Carvalho), entrega-se à própria morte. Nesta segunda hipótese, Costa está salvo: não apenas mostra a filosofia como uma senhora moribunda, mas vai adiante e explica o seu suicídio. Na primeira hipótese, contudo, resta argumentar que concluir que filosofia é arte é dissociar da primeira, como já disse, o desejo de verdade e isso é também decretar a sua inanição. Assim como uma árvore da qual lhe é privada a seiva morre, o conceito de filosofia, ao lhe ser privada a verdade, morrerá. Dessa forma, encontram-se os dois caminhos e obtém-se o despenhadeiro: ou a filosofia pula por si só ou o “outro livro” a empurra. Em ambas as situações, de um veredicto eu não me posso afastar: “*The Philosophical Inquiry*”, visto na perspectiva mais ampla que aqui exponho, torna-se superior ao que é, pois passa a apregoar não apenas a doença terminal de que sofre a filosofia, mas sim passa a anunciar o aniversário de morte de tal disciplina, mas, em qualquer situação, o livro é essencialíssimo e seu autor deve ser congratulado pelo que escreveu e pelo que deixou no campo das possibilidades.